

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: António Lima Coelho • 0,75 € • Ano XXXIV • Setembro / Outubro e Novembro 2025 • Nº 130



**Alerta! O EMFAR está a Ser
Alterado às Escondidas!**

Pág. 3



**ANS dá as "Boas-Vindas" aos
novos Sargentos**

Pág. 4



**132ª Assembleia
Geral da EUROMIL**

Pág. 12

OE2026 ... e a Condição Militar?



Pág. 8

**ORÇAMENTO
DO ESTADO
2026**

A Direcção da ANS e de O Sargento
Desejam Feliz Natal e Próspero
Ano Novo a todos os Militares e Amigos





EDITORIAL

Melhorar o Presente, Pensando no Futuro!

Caminhando para o final de 2025, começamos já a olhar para o futuro, para 2026.

Terminado o processo de entrega na Assembleia da República, apresentação de propostas, discussão e votação final, estamos perante um Orçamento de Estado para 2026 que, para os Militares (homens e mulheres, concretos, de carne e osso) que servem nas Forças Armadas, não permite perspectivar um futuro riso-nho.

Para a "Defesa Nacional" o cenário poderá ser diferente. Mas, as nossas preocupações estão muito longe das possíveis negociações de meios materiais, de equipamentos, navios, carros de combate ou aeronaves.

As nossas preocupações centram-se no concreto: no factor humano. E essa preocupação já vem de longe e sempre mereceu o nosso empenho e luta.

Tudo se agravou com a tomada de medidas que levaram à governamentalização das Forças Armadas, medidas e procedimentos que reconheceram actualidade com a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas em 1982. Seguiu-se o fim do serviço militar obrigatório, medida assente num verdadeiro embuste, que perdura ainda hoje, quando se diz que foi apenas a cedência ao "lobby" das juventudes partidárias, quando do que efectivamente se tratou foi da implementação de decisões da União Europeia, já que o fim do sistema de conscrição varreu quase todos os países da união, e que hoje se procura reverter em muitos desses países as decisões de então!

Seguiu-se o desinvestimento nos meios materiais, o encerramento de unidades, a redução dos meios humanos – de um universo de 120 mil homens em 1974, temos hoje pouco mais de 23 mil. Em simultâneo atacaram-se os direitos dos homens e mulheres que servem nas Forças Armadas, destruíram-se os sistemas de saúde militar e a ação social complementar.

Tudo sempre feito em nome da racionalização e melhoria dos serviços e da operacionalidade. Os resultados estão à vista e no longo processo legislativo que lhes deu origem, os partidos do chamado "arco da governação" estiveram sempre alinhados, estiveram sempre de acordo, votaram sempre juntos, mesmo quando aparentavam discordar. Agora, com novos actores no processo, a realidade não dife-

re muito, embora as discussões e bravatas diárias até possam querer fazer parecer o contrário.

Assim, após a contagem dos votos expressos nas urnas, fazem esquecer tudo o que foi prometido e rapidamente se transformam em factor de legitimidade para se fazer o contrário. Ou, no caso presente, até avançar para alterações legislativas que não houve coragem de as referir, apresentar e defender nas campanhas eleitorais, como é o caso da tentativa de ataque (mais um) à Constituição da República Portuguesa e ao espírito e memória da própria Revolução de 25 de Abril de 1974.

Mas há quem continue a votar com a consciência do dever de cidadania, com a firme convicção da necessária resistência, da luta por justiça social, da vontade inquebrantável de transformar a sociedade, onde todos e cada um de nós tenha direito a ser feliz. Defendendo e alimentando o desejo de modificar o presente e manter a confiança no futuro, um futuro ditado pela vontade dos povos e nunca pelos directórios invisíveis e não desrutinados do mundo financeiro.

No dia 18 de Janeiro de 2026 vamos de novo ser convocados para mais um acto eleitoral, desta vez para eleger o mais alto magistrado da nação. Os cidadãos, em geral, mas os Militares em particular, precisam de um Presidente da República, e por inerência, conforme o Artigo 120º da Constituição da República Portuguesa, o Comandante Supremo das Forças Armadas, que esteja do seu lado perante os problemas concretos da vida, que seja a voz dos seus anseios, que assente a sua actuação no cumprimento dos direitos inscritos na Constituição, tais como, a igualdade, a justiça, a soberania e independência nacionais, a Paz, a liberdade e a democracia.

Contribuir para não permitir que seja eleito um candidato apoiado pelas forças políticas que levaram a cabo a destruição da Condição Militar é um imperativo patriótico, é condição essencial e indispensável para a consolidação da esperança.

Não está em causa a pessoa do candidato, a sua eventual notoriedade, simpatia ou popularidade. O que está em causa é a dinâmica ideológica que o apoia, empurra e sustenta. Esta eleição não se pode transformar numa espécie de segunda volta das legislativas de 2024 ou num qualquer balanço ou comparação com as

autárquicas de Outubro passado.

Não nos podemos deixar influenciar pela imposição do pessimismo e do medo e muito menos pela descrença. Não podemos ser cúmplices de manifestações de ódio e de intolerância. Temos que saber, organizadamente, superar as dificuldades e estar disponíveis para defender a Condição Militar, conforme a sua Lei das Bases Gerais.

Devemos manter-nos atentos e determinados para enfrentar os desafios e as exigências que esta nova realidade nos coloca, fazendo o que institucionalmente só a nós compete: lutar por alterações positivas ao EMFAR e pela valorização e dignificação das carreiras, pela melhoria dos cuidados de saúde e da ADM, na defesa do IASFA e da Ação Social Complementar, pela revisão e actualização de um

regime remuneratório elitista e obsoleto, pelo direito à representação jurídica dos nossos associados e pelo direito à negociação colectiva com vínculos em sede de concertação.

E preparar com ânimo, determinação e alegria as comemorações nacionais do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento", momento agregador, em que a partilha da consciência de classe, e a memória de tudo o que já se lutou para conquistar o que hoje temos, não pode nem deve ser vulgarizado ou desvalorizado. Tudo o que hoje temos não foi dado de bandeja. Foi conquistado com base na luta organizada, na consciência de classe e na certeza de que sempre foram lutas por causas justas!

Se assim procedermos, então estamos a trabalhar para melhorar o presente, pensando no futuro! ▲





Alerta! O EMFAR está a Ser Alterado às Escondidas!

A Nota Informativa da Presidência da República, de 17 de Setembro passado, tornou público ter “*sido feito um ponto de situação sobre a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas*” na reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional, que teve lugar no Palácio de Belém nesse mesmo dia 17 de Setembro.

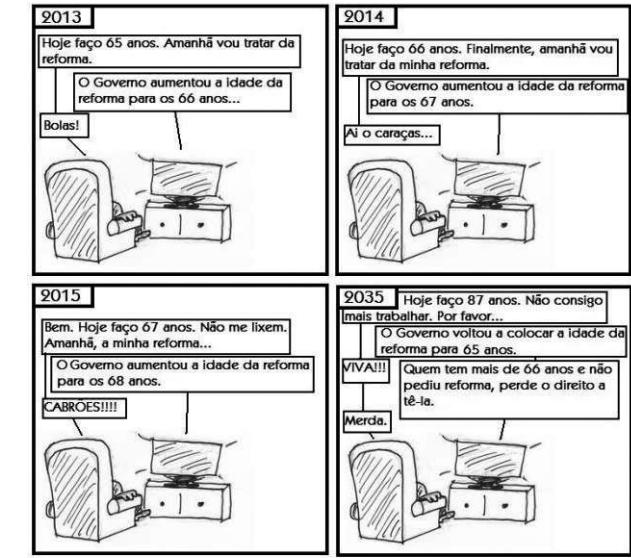
Ora, de acordo com a lei em vigor, as associações de militares legalmente constituídas, nas quais se inclui, naturalmente a ANS, gozam, entre outros direitos, de ser ouvidas sobre as questões do estatuto profissional [...] e de integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica.

Quando a dita “*revisão do EMFAR*” está a ser feita à revelia da ANS (e das outras associações profissionais de militares), quando tudo isto se reveste de tanto secretismo, então é porque coisa boa dali não virá! Porque se a coisa fosse boa, haveria todo o interesse em que também a conhecêssemos para dela dar publi-

cidade. Se tudo é feito às escondidas, mesmo contrariando a lei em vigor, então é de desconfiar. Teremos de estar alerta e disponíveis para a denunciar e lhe dar combate.

Depois da queixa apresentada pela EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares ao Comité Europeu dos Direitos Sociais, contra o Estado Português, esta entidade independente de fiscalização europeia, considerou que Portugal se encontra em violação de artigos da Carta Social Europeia relativamente a restrições aos direitos dos militares se organizarem e à promoção de mecanismos de consulta conjunta e de negociação colectiva, instando o Estado Português a legislar no sentido de se colocar em concordância com o disposto naquele documento, que, afinal, Portugal também ratificou.

Teremos de lutar organizadamente, com determinação e coragem, para que o governo legisle neste sentido, e para que seja enfim possível, em sede própria, cuidar das condições socioprofissionais dos militares e suas famílias, enquanto, neste âmbito, legítimos representantes dos Sargentos de Portugal. ▲



Cartoon publicado na edição nº 89 do jornal o Sargento (JUL/AGO2015) cuja manchete foi “Novo EMFAR! Novo Tiro na Condição Militar!”

Sobre o escândalo (mais um) dos “negócios” com os imóveis do IASFA Arrendamento de imóveis do IASFA a preços acessíveis...Para quem?

Em 1991, quando me preparava para constituir família, acabado de chegar ao Quadro Permanente, por falta de resposta da chamada “Assistência Social Complementar” do IASFA, tive de adquirir, com recurso ao crédito à habitação, um imóvel de tipologia T1 (à data, 2 assoalhadas). O mercado de arrendamento, ou não existia, ou estava, de tal forma saturado que era como se não existisse.

Durante cerca de 28 anos (entretanto tive de adquirir um maior), paguei às instituições de crédito valores que davam para adquirir outro. Porque o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA) não dava resposta à minha necessidade (que, já naquela altura, parecia uma necessidade de luxo). O parque habitacional estava lotado e não havia mais fogos disponíveis para colmatar as necessidades dos militares, jovens ou menos jovens.

E o problema não passava (nem passa) por despejar os camaradas, e suas famílias, que transitasse para as situações de reserva ou reforma, mas sim por não haver mais fogos construídos ou recuperados.

Por exemplo, temos o caso da Figueira da Foz e dos conhecidos “prédios militares (*ou da Tropa*), como eram conhecidos”, propriedade do Ministério da Defesa Nacional (MDN). Após a saída do Exército, da cidade, em Junho de 2006, com o fecho da Escola Prática de Serviço de Transportes (EPST), ficaram devolutos até 2025, ano em que a autarquia Figueirense (CMFF) os adquiriu ao MDN e os está a recuperar, aliás, bem, e com a construção de mais três ou quatro prédios, no espaço antes desocupado, e destinados a arrendamento a preços controlados.

Será que o IASFA e o MDN, ou vice-versa, não podiam ter tomado a mesma decisão da CMFF e tê-los destinado ao arrendamento social para militares? É que os há na região, lembremo-nos de Leiria, Monte Real ou Coimbra.

Nada disso importou.

Para lá deste desinvestimento no parque habitacional social destinado aos militares, temos o método aplicado para atribuição dos imóveis destinados a concurso.

Os de maior tipologia sempre (ou quase) destinados a Oficiais Superiores/Generais e os de menor a Oficiais Subalternos/Capitães, Sargentos e Praças, com obrigatoriedade de realização de obras no imóvel, dentro de valores pré-estabelecidos e que, na sua grande maioria, não chegam para as necessidades.

Quem necessita de arrendar imóveis do IASFA, mesmo que a preços de mercado, não terá 10.000€ para fazer obras no locado (como diria o Sr. meu pai, é estar a fazer filhos em mulheres alheias), se bem que o IASFA não cobre o valor do arrendamento até completo pagamento da despesa obrigatória.

E todo este problema dos subarrendamentos e transformação em casas de segunda habitação, ou Alojamento Local (AL), passa por aí.

Com este sistema, o IASFA desonerou-se, não só da tutela dos imóveis, como da sua manutenção e acção de proprietário.

A partir deste pressuposto, cada um dos arrendatários faz o que quer, sem qualquer controlo por parte do proprietário, o IASFA. É a entrega de apartamentos ou casas a quem deles não necessita para habitação própria permanente, mas que



vai fazendo crer que sim, sem qualquer controlo do IASFA.

É triste, mas é necessário que se controle cada um dos arrendatários, anualmente, passando, por exemplo, pela entrega de comprovativos de não existência de registo de nenhum outro imóvel em seu nome ou de familiar, seja adquirido ou arrendado.

Infelizmente não existe consciência cívica (claro e lógico que não é geral) por parte de muitos dos arrendatários a quem calhou a Sorte (sorte com “S” maiúsculo, porque foi mesmo uma sorte, não só porque sim, mas porque também) e continuarão a agir no “já me desenrasquei, quem vier atrás que feche a porta”.

Não havendo o necessário controlo e acompanhamento dos “felizes” contemplados com um imóvel do Estado (leia-se IASFA), tudo continuará na mesma, ou piorará e a solução não passa, nem pode passar por despejar as viúvas.

Pois, então ficaríamos com o mesmo problema que existe nos “Lares” militares.

Lista de espera com mais de 10 anos,

porque os lugares estão ocupados, por norma (informação obtida junto do IASFA/Oeiras) por Oficiais Generais e família (leia-se esposas), que ali permanecem (e bem) até à sua morte.

O problema é que há muitos mais militares a necessitar daquela assistência e, ao invés de se criarem novos lugares, com a construção de novos equipamentos, deixam-se de fora outros que, também, deles necessitam.

Não é que não haja dinheiro, ele está é mal distribuído, principalmente quando se destina a fazer face às despesas de um “corpo estranho” à Acção Social Complementar do IASFA, a Assistência na Doença aos Militares (ADM).

Exijamos novos e melhores equipamentos, mas não nos deixemos cair na tentação de culpar aqueles que são o elo mais fraco deste processo e apontemos o dedo e não calemos a nossa revolta perante mais um escândalo com dinheiros públicos.

João Ludovice da Silva
Chefe de Redacção ▲



ANS dá as “Boas-Vindas” aos novos Sargentos

Na sequência da reunião de Direcção da ANS no passado dia 8 de Outubro, foi decidida a realização de um evento de boas vindas aos camaradas Sargentos recém-ingressados no Quadro Permanente (QP).

Nesse sentido, foi criada uma pequena comissão para dar andamento ao projecto com a brevidade possível. Para além dos dirigentes que integraram esta comissão foi também sugerido o envolvimento de camaradas que ingressaram agora no QP, mas que já são associados da ANS, procurando desta forma estabelecer um maior contacto e aproximação aos destinatários.

Depois de remetidos os convites para todos os Sargentos que agora ingressaram no QP, realizou-se ao fim da tarde do passado dia 20 de Novembro, na sede social da ANS, no Lumiar, em Lisboa, o evento de boas-vindas, dividido em duas partes distintas.

Com vários dirigentes e associados na sala, para além de outros dirigentes a acompanhar os trabalhos via zoom, o Vice-presidente da Assembleia Geral, Vitor Marques Alves abriu os trabalhos com uma sentida mensagem de boas vindas aos novos Sargentos ali presentes, dando de seguida a palavra ao Director do jornal “O Sargento”. Lima Coelho fez uma breve resenha da história do nosso jornal e apelou à participação dos Sargentos no seu jornal e, especialmente, no apoio aos dirigentes da sua associação.

Então, João Mata, Presidente da Direcção fez uma breve apresentação da história da ANS, sua origem, razão de ser, constituição, objectivos, resultados conquistados e importância da sua continuidade. Os Vice-presidentes da Direcção, na mesa, Carlos Colaço e Rogério Graça, tiveram palavras de incentivo para com os novos camaradas no sentido de nada temerem e perceberem a



necessidade e importância de se associarem a esta que é também a sua associação representativa de classe.

Depois de mais palavras de boas vindas por parte de outros dirigentes presentes na sala ou via zoom, foi a vez de se escutarem as palavras de alguns dos novos Sargentos, que reconheceram o trabalho que a ANS já desenvolveu em prol das condições socioprofissionais dos Sargentos, realçando alguns o facto de, mesmo não sendo ainda

associados, obtiveram apoio e respostas da ANS quando lhe bateram à porta em busca de ajuda.

Depois destes sentidos testemunhos, já era merecida a segunda parte do evento: o singelo “Porto de Honra” que aguardava os presentes na Sala 9 Bravos Sargentos da Rotunda.

A sementeira foi feita! Agora, que venham os seus resultados! ▲

Forças Armadas: Hierarquia sem Responsabilidade, Chefias sem Liderança?

As Forças Armadas portuguesas atravessam uma crise silenciosa, mas profunda. Uma crise que não se resolve com mais meios, mais quartéis ou mais promessas políticas. O problema está dentro, entranhado na própria hierarquia, corroendo a missão a partir do interior.

Durante décadas, a progressão na carreira militar foi tratada como a única forma de garantir aumentos salariais. O resultado é que subir na hierarquia deixou de ser, para muitos, um acto de assunção de maior responsabilidade, passando a ser visto apenas como uma forma de obter mais valias financeiras. Isto cria Oficiais, Sargentos e até Praças que aspiram às insígnias, mas não ao peso que elas representam. Querem o posto, mas não a responsabilidade.

Ao mesmo tempo, o sistema foi capturado por sectores que se tornaram verdadeiros feudos internos. Estes grupos, cooperativos entre si, bloqueiam qualquer tentativa de mudança, garantindo que as suas áreas de influência se mantêm dominantes. Quem ousa propor reformas é silenciado, quem questiona é reprimido. A consequência é um ambiente de opressão em vez de liderança.



Assim, o que se vê é uma hierarquia que funciona “sem funcionar”. Compreende-se a missão apenas porque a base ainda acredita e se sacrifica, mas não porque exista uma liderança clara, inspiradora e capaz de dar o exemplo. Oficiais, Sargentos e Praças são indispensáveis ao cumprimento da missão, mas a responsabilidade de cada posto não pode ser nivelada por baixo nem reduzida a uma mera formalidade administrativa.

Se não se inverter este ciclo, o ris-

co é claro: a coesão das Forças Armadas continuará a degradar-se, e com ela a própria capacidade de defesa nacional. É urgente introduzir um modelo de progressão que valorize tanto a horizontalidade como a verticalidade, que reconheça o mérito e a dedicação, e que associe a ascensão hierárquica a um compromisso efectivo de liderança e responsabilidade.

As Forças Armadas não podem ser reféns de carreiras pessoais, de feu-

dos corporativos ou de subserviência ao poder político. Precisam de chefias que sejam líderes, de hierarquias que assumam responsabilidades e de uma cultura em que a missão do País esteja sempre acima de interesses particulares.

Sem isso, arriscamos ter Forças Armadas com insígnias brilhantes, mas sem verdadeira força.

SCH/Res Ernesto Rebocho ▲



ANS recebida pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República

A 15 de Outubro passado, a ANS foi recebida em audiência pelo Chefe da Casa Militar da Presidência da República, Vice-Almirante Luís Sousa Pereira.

Por ser o primeiro contacto institucional com os actuais Órgãos Sociais, a delegação da ANS, constituída por João Mata, Presidente da Direcção, Carlos Colaço e Fernando Silva, Vice-Presidentes da Direcção, e Rui Maricato, Vogal da Direcção,

apresentou cumprimentos ao Chefe da Casa Militar, que se fez acompanhar pelos Coronel Filipe Cordeiro (FAP), Tenente-Coronel Anselmo Dias (EXE) e Capitão de Fragata Humberto Rocha (ARM), expondo, de seguida, os principais anseios com que os militares em geral, e os Sargentos em particular, se continuam a debater.

Na audiência, que se prolongou por mais de duas horas, a ANS manifestou preocupação por, até ao momento, as As-

sociações Profissionais de Militares ainda não terem sido consultadas no âmbito de um processo de revisão ao EMFAR que se confirma estar em curso, elencando, de seguida, algumas das propostas constantes do seu Caderno de Aspirações que, se integradas na versão final do diploma, constituiriam melhoria significativa nas condições socioprofissionais dos militares.

Foram ainda abordadas outras temáticas ao nível do Regulamento de Disci-

plina Militar, do Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas, da Saúde Militar e do Apoio Social.

Sendo natural a existência de diferentes perspectivas relativamente a alguns assuntos, a ANS não pode deixar de destacar a evidente convergência de opiniões no que respeita à defesa da Condição Militar em toda a sua plenitude: nos deveres mas também nos direitos. ▲

ANS no Dia da Unidade Alemã

A convite da Embaixadora da República Federal da Alemanha, Daniela Schlegel, o Presidente da Direcção da Associação Nacional de Sargentos, João Mata, esteve presente na Cerimónia comemorativa do Dia da Unidade Alemã, assinalado no passado dia 3 de Outubro, na Residência oficial da Embaixadora, no Restelo, em Lisboa.

A cerimónia contou com a presença de diversas entidades civis e militares e o Presidente da Direcção da ANS foi recebido e acompanhado pelo Chefe do Gabinete do Adido de Defesa, Sebastian Kerntopf, Sargento das Forças Armadas Alemãs. ▲



Núcleo de Lisboa da Liga dos Combatentes Cerimónia do Dia de Finados



O Núcleo de Lisboa da Liga dos Combatentes levou a efeito, no passado dia 3 de Novembro, no cemitério do Alto de São João, a tradicional cerimónia evocativa do Dia de Finados, para a qual a Associação Nacional de Sargentos foi gentilmente convidada. A representação esteve a cargo de Luís Bugalhão, Presidente da Assembleia Geral. Presidida pelo Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues, a cerimónia contou com a presença de várias entidades civis e militares (representantes das AOFA e AP, da ADFA, da Associação de Prisioneiros de Guerra, da Associação de Comandos, do EMGFA e dos Ramos, da GNR, da PSP, da Câmara Municipal de Lisboa), bem como de diversos Sócios da

Liga e familiares.

Em acto simples, digno e sentido, o Núcleo de Lisboa da Liga homenageou, como referia a nota de saudação na coroa de flores que a ANS depôs, os camaradas 'Heróis de Portugal', prestando continência pela Guarda de Honra, constituída por militares dos três ramos das Forças Armadas e Terno de Clarins, seguindo-se uma alocução alusiva ao evento pelo Presidente da Direcção do Núcleo de Lisboa, Coronel Carlos Peças.

Seguiu-se a deposição de coroas de flores pelas entidades ali presentes e, entre os toques do Silêncio e da Alvorada, houve uma invocação religiosa, a terminar a cerimónia. As entidades e os restantes presentes foram depois convidados a visitar a Cripta dos Combatentes. ▲

ANS debate Negociação Colectiva, mas não só...



A ANS continua a promover debates com os camaradas Sargentos por todo o país, sobre os direitos socioprofissionais dos Militares.

Após a Deliberação do Comité Europeu dos Direitos Sociais relativa à Queixa nº 199/2021 da EUROMIL contra o Estado Português, instando-o a que aqueles direitos deixem de ser limitados, ou até negados, com a legislação e prática existentes, a ANS está a promover sessões de esclarecimento e debate sobre dois assuntos fundamentais: Diálogo Social com vínculos e representação dos associa-

dos em contencioso.

Assim, no passado dia 30 de Setembro, no CAS-Porto, uma delegação de dirigentes, que incluiu o Presidente da Direcção, João Mata, com organização a cargo do Núcleo do Porto da ANS, realizou-se mais uma sessão sobre estas importantes matérias. Naturalmente que questões relativas ao Regime Remuneratório, às Pensões e outras, também estiveram presentes.

Estão em planeamento sessões adicionais cujas localizações e datas serão divulgadas oportunamente. ▲



Candidato à Presidência da República Reúne com as APM



Em 29 de Setembro passado, na sede da ANS, no Lumiar, em Lisboa, António Filipe, por solicitação da sua candidatura, reuniu com as ANS – Associação Nacional de Sargentos, AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas e AP – Associação de Praças, para ouvir os legítimos representantes dos militares sobre questões socioprofissionais.

Em complemento aos assuntos descritos no Caderno de Aspirações, que abrangem todos os aspectos da vida militar dos Sargentos de Portugal, a ANS apresentou as preocupações e aspirações, expressas em variadíssimos Comunicados e Memorandos que já publicados.

Em função da decisão do Comité Europeu dos Direitos Sociais, foi também exposta a obrigatoriedade do cumprimento da Lei por parte do Estado português, condenado por aquela entidade por não respeitar as convenções europeias que subscreve, nomeadamente no que respeita ao diálogo social e à representação jurídica dos associados das APM.

Estas reuniões são muito importantes. Assim o fizessem todos aqueles que se apresentam como candidatos. Em quase todas as campanhas e todas as suas envolventes, os temas da Defesa e Forças

Armadas (nomeadamente em relação às mulheres e homens que nelas servem) raramente são debatidos (com honrosas excepções). Quando um candidato a Presidente da República, e por inerência constitucional, a Comandante Supremo das Forças Armadas, solicita uma reunião com as APM, só deve ser considerada como algo positivo. Principalmente quando o objectivo é saber o que estas estruturas socioprofissionais pensam, almejam e sobre quais as formas de lutar pelos seus direitos (que vai desde os tribunais à luta de rua).

A delegação da ANS esteve representada por João Mata, Presidente da Direcção e Luís Bugalhão, Presidente da Assembleia Geral. A AOFA esteve representada por Carlos Rodrigues Marques, Presidente do Conselho Nacional e Branco Baptista, Secretário-Geral. A delegação da AP foi liderada por Paulo Amaral, Presidente do Direcção.

Importa recordar, que em reuniões anteriores com dirigentes da EUROMIL, organização de que as três APM são membros, António Filipe sempre demonstrou consistente atenção e empenho nos direitos e condições de trabalho dos militares, quer em Portugal, quer num contexto europeu mais alargado. ▲



Cerimónia Militar do Dia do Exército em 2025

A convite do General Chefe do Estado Maior do Exército (CEME), as APM estiveram representadas por ANS (António Assunção), AOFA (Carlos Marques) e AP (Luís Santos).

A 26 de Outubro passado, a Cerimónia Militar decorreu no Campo Viriato, junto ao Pavilhão Multiusos, na Cidade de Viseu, onde o Exército expôs algumas das suas capacidades humanas e valências materiais, proporcionando aos cidadãos daquela cidade visualizar e contactar “in loco” com esses meios.

Presidiu à cerimónia o Ministro da Defesa Nacional (MDN) que abordou a forma como o Exército tem procurado reverter a falta de recrutamento e retenção de militares, com o investimento feito ao longo de ano e meio. Expressou ainda a forma institucional como o CEME tem expressado e conseguido ultrapassar as suas carências e necessidades para conseguir atingir os objectivos pretendidos. Recordou os Teatros de Operações onde o Exército tem Forças e Elementos Nacionais Destacados.

Por sua vez, o General CEME, anterior-

mente no seu discurso, já tinha apontado no mesmo sentido das palavras do MDN, tendo sido mais descriptivo sobre o reequipamento e modernização dos meios no Exército.

Enalteceu o papel e esforço dos militares e funcionários civis (com grande ressalva para a importância destes últimos), que prestam serviço sob o seu Comando e no Ramo que tutela, vincando uma vez mais o progresso no recrutamento e retenção de militares com vista a alcançar o número desejado.

Dirigindo-se aos militares em geral, salienta-se a palavra “acreditem”, proferida várias vezes, no sentido de aqueles confirmarem as mudanças e ainda nas que se perspectivam acontecer, transmitindo uma mensagem de continuidade no trabalho a alcançar até 2028.

No final desfilaram as Forças em parada, apresentando alguns meios antigos recuperados e também os mais modernos que futuramente irão equipar militares e Unidades deste Ramo das Forças Armadas. ▲



Promoção a Segundo-Sargento na Escola de Fuzileiros

ANS foi convidada a estar presente, no passado dia 6 de Outubro, na Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro, no Barreiro, para assistir à cerimónia de promoção ao posto de Segundo-Sargento dos alunos do Curso de Formação de Sargentos das classes de Fuzileiros (FZ) e Condutores (V) (8 FZ's e 4 V's).

A cerimónia foi presidida pelo Comandante da Escola de Fuzileiros, Capitão de Mar e Guerra Costa Dias, acompanhado do seu adjunto o Sargento-Mor Perfeito.

Entre os diversos convidados estiveram presentes o Sargento-Mor Serrano, Assessor do Chefe do Estado Maior da Armada e o Sargen-

to-Mor Campos, na qualidade de Sargento mais antigo da classe de Condutores Mecânicos de Automóveis.

A representação da ANS esteve a cargo de Vítor Marques Alves, Vice-Presidente da Assembleia Geral, que desejou pessoalmente a cada novo Sargento da Marinha as maiores felicidades pessoais e profissionais e deu as boas vindas “a bordo” da categoria de Sargentos. ▲





Assinalado o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas



A cerimónia evocativa das comemorações do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas e Aniversário da Revolta dos Marinheiros, teve lugar no dia 13 de Setembro, junto do Monumento ao Marinheiro Insubmissso, no Feijó.



A Revolta dos Marinheiros contra a ditadura fascista, levada a cabo em 8 de Setembro de 1936, foi uma das principais acções militares contra o regime ditatorial até ao 25 de Abril de 1974. Por ter tido como principais protagonistas militares da categoria de Praças, a efeméride é assinalada celebrando o Dia Nacional da Praça das Forças Armadas.

A efeméride, organizada conjuntamente pelo Clube de Praças da Armada e pela Associação de Praças, contou com a presença de representantes do Chefe Estado-Maior-General das Forças Armadas, dos Chefes do Estado-Maior do Exército, da Força Aérea, de outros representantes militares, de associações e clubes congénères, bem como de uma forte representação da autarquia local, para além de várias entidades civis.



Após o hastear das bandeiras, seguiram-se as intervenções; usou da palavra o representante da URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses, e o Presidente da Associação de Praças, Paulo Amaral.



A cerimónia terminou com a deposição de flores junto ao Monumento ao Marinheiro Insubmissso, pelas entidades Civis e Militares, tendo sido entregue a placa comemorativa do evento, ao convidado de honra, a URAP.



A Associação Nacional de Sargentos, representada na ocasião pelo Tesoureiro, José Pereira e pelo Vice-Presidente da Assembleia Geral, Vitor Marques Alves, saúda todos os militares que servem e serviram as Forças Armadas e o País na categoria de Praças, deixando uma especial menção à sua congénere Associação de Praças, ao Clube de Praças da Armada e aos respectivos associados. ▲

ANS presente nos 33 anos da AOFA

No passado dia 12 de Outubro, a ANS, representada pelo Presidente do Conselho Fiscal, José Galvão, esteve presente nas comemorações do 33º aniversário da Associação de Oficiais das Forças Armadas, que decorreram nas instalações do Inatel, na Costa de Caparica.

Das várias intervenções, dá-se destaque à alocução do Vice-Presidente do Conselho Nacional, Paulo Cruz, alusiva à consagração do Dia do Oficial das Forças Armadas.

A ANS felicita a AOFA e todos os seus associados por mais um ano de luta travada. Seguiremos juntos nos objectivos que ainda temos para alcançar! ▲





Sobre o Orçamento do Estado para o ano de 2026

No dia 9 de Outubro, véspera das eleições autárquicas, o Governo entregou a proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2026 (OE2026) que, quanto ao seu articulado, revelou-se ser uma versão minimalista do mesmo, com pouca informação e poucos compromissos, um documento opaco e pouco transparente porquanto as opções do Governo não tinham expressão concreta no articulado da proposta e, mesmo do ponto de vista do Relatório (que reflete as opções políticas) foram muitas vezes usadas expressões genéricas e pouco concretas.

Porém, no relatório anexo à Proposta de Lei que aprova o Orçamento do Estado para 2026, o Governo referia “um investimento sem precedentes na área da defesa”.

Ora, num cenário em que havia, e há, a necessidade de melhorar as condições socioprofissionais dos Militares, o Governo alinhou no discurso da capacitação das Forças Armadas, através da modernização dos equipamentos e requalificação das infraestruturas e ainda no incremento da participação das Forças Armadas portuguesas no exterior do território nacional, no âmbito da projecção de Forças Nacionais Destacadas, mas não com os Militares e as suas condições de vida.

No entanto, não deixou de ser anunciada a intenção de inverter o ciclo de erosão dos efectivos e que a política de pessoal das Forças Armadas deveria assentar na melhoria das taxas de recrutamento e na contenção das saídas voluntárias, promovendo condições mais atractivas de permanência e valorizando o mérito e a vocação. Quanto aos antigos combatentes, anunciaram-se duas medidas de apoio a este universo de cidadãos. Não poderíamos deixar de estar de acordo com estas “intenções”. Porém...

Como se pode verificar, esta proposta de OE2026, à imagem do que já aconteceu no ano passado, era muito parca em respostas concretas para os problemas que as Forças Armadas enfrentam. No entanto, sinalizava-se ainda uma perspectiva de revisão das carreiras (???).

Ora, analisado o articulado da proposta de lei onde constavam as alterações legislativas, constatou-se que as referências e medidas concretas quanto às Forças Armadas eram praticamente inexistentes e as que se referiam ao Ministério da Defesa diziam respeito a transferências



orçamentais.

Assim, esta proposta de OE2026 volta a não contribuir para a resolução de nenhum dos grandes problemas que existem nas Forças Armadas. Não se encontraram respostas para a degradação do poder de compra dos Militares das Forças Armadas, nem medidas concretas para a falta de efectivos e a reduzida atraktividade das Forças Armadas. Não se encontraram respostas para as questões socioprofissionais, e muito menos se perceberam soluções ou respostas para os problemas que se vivem no IASFA/ADM e para a necessidade de resolver o problema estrutural que existe quanto a este Instituto. Tão pouco se procurou resolver o problema dos cortes operados nas pensões de sangue nem a aplicação aos Militares, do Decreto-lei nº 503/99, de 20 de Novembro, que estabelece o regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais ocorridos ao serviço de entidades empregadoras públicas.

Depois de um número recorde de propostas de alteração ter sido registado e da discussão subsequente, a votação final teve lugar a 27 de Novembro e pode usar-se o aforismo popular que, relativamente aos Militares e às suas condições de vida e de trabalho, “a montanha pariu um rato”, tal o número de propostas rejeitadas (se é que alguma vez existiu algo parecido ou que indiciasse uma montanha...).

Dando alguns exemplos de propostas rejeitadas: a retroactividade no pagamento das promoções para que os Militares não sejam penalizados pelo facto de tendo vaga para promoção, por exemplo, em Janeiro, a mesma só ter Despacho em Outubro, Novembro ou Dezembro, e os Mi-

litares perderem todos esses meses de remuneração pelo novo posto, para além de outras implicações e prejuízos; a tão reivindicada, por necessária e urgente, revisão do Regime Remuneratório dos Militares, elitista e obsoleto; a redução das contribuições para a ADM e incidência apenas em 12 meses, e não em 14 meses como agora acontece; a criação de um mecanismo que conduzisse a que o complemento de Pensão de Reforma chegassem aos 90% da última remuneração na situação de Reserva, sabendo que a situação actual está a conduzir a que Militares com muito para a dar à Instituição a abandonem, para melhorar a sua vida profissional lá fora, devido ao enorme corte que sofreriam se fizessem a carreira normal. Este aspecto até já foi identificado e reconhecido por alguns chefes militares como um dos motivos para o abandono por parte de Militares altamente qualificados, (curiosamente, uma proposta idêntica, mas para aplicar às Forças de Segurança, embora também tenha sido chumbada, teve diferente sentido de voto da parte de alguns grupos parlamentares. Ou seja, acha-se bem para as Forças de Segurança, mas acha-se mal para os Militares); até mesmo o urgente reforço das verbas para ajudas técnicas e materiais para os Deficientes das Forças Armadas, tendo em conta os atrasos existentes no apoio a estes cidadãos.

É penoso verificar que muitas destas propostas tiveram sido rejeitadas com o voto contra dos partidos que suportam o governo e/ou com a abstenção ou voto contra dos maiores partidos da oposição.

Não basta “chorar lágrimas de crocodilo” sobre o estado a que chegaram as Forças Armadas, nem falar em aquisição de meios e equipamentos, quando, no momento, oportunidade e local certo para tal, optam por continuar a não cuidar das remunerações, das carreiras, das condições sociais, da formação, entre outros aspectos, relativamente ao factor mais importante sem o qual não há estrutura, organização ou instituição que funcione: o factor humano, os homens e mulheres que servem nas Forças Armadas.

Porém, todos sabemos que a manutenção deste estado de coisas, a falta de vontade e de coragem em alterá-lo tem responsáveis bem identificados. Bastou acompanhar com atenção a votação final que teve lugar no Parlamento no dia 27 de Novembro de 2025. ▲

Situação Inaceitável que Urge Corrigir!

Em Junho de 2024, portanto, há mais de um ano e meio, faleceu o Sargento Bruno Rodrigues, depois de ter sido evacuado em Maio, ao largo de Cascais, quando foi acometido de doença súbita, a bordo da fragata NRP Francisco de Almeida que seguia rumo ao Reino Unido para missão de treino e avaliação.

Em Despacho de 9 de Julho de 2025, o Chefe do Estado Maior da Armada (CEMA), Almirante Nobre de Sousa, considera que, face à prova careada para o processo, o óbito ocorreu em razão do serviço prestado e por motivo do seu desempenho.

O Decreto-Lei nº 60/2024, de 30 de Setembro, sobre o qual, na altura, tanta publicidade fez o Ministro da Defesa Nacional (MDN), reconhece aos militares e militarizados das Forças Armadas, o direito a uma compensação especial por invalidez permanente ou morte, quando estas sejam directamente decorrentes dos riscos próprios das actividades militares.

A ANS tomou conhecimento que, apesar do reconhecimento formal da responsabilidade do Estado, a



família deste nosso camarada continua sem receber a tal “compensação especial”, nem a devida pensão de preço de sangue. Segundo a informação recebida, esta situação tem gerado graves dificuldades económicas (para além das emocionais), colocando em causa a dignidade e o bem-estar dos familiares directos do Sargento Bruno Rodrigues.

Reforça-se a preocupação de que a família está a ser penalizada por atrasos administrativos, ou outros,

inqualificáveis, sobretudo quando se trata de alguém que perdeu a vida ao serviço da Pátria.

Em 21 de Novembro passado, a ANS decidiu enviar um ofício para o gabinete do MDN, solicitando informação sobre o andamento dos processos relativos à atribuição da compensação especial por morte e da pensão de preço de sangue devidas à família, e apelando à agilização do andamento dos processos de forma a serem concluídos com a maior brevidade.

De nada adianta fazer belos discursos em dias festivos, ou de circunstância, como tem feito o MDN e como fez o então CEMA Gouveia e Melo, quando se referiu à situação do Sargento Bruno Rodrigues na cerimónia militar do Dia da Marinha, em Aveiro, no dia 19 de Maio de 2024.

Infelizmente, já não é a primeira vez que a ANS se vê obrigada a tomar posição em situações deste tipo. As famílias dos Militares que tombam ao serviço da Pátria não se alimentam com palavras bonitas. Conformam-se com o cumprimento imediato das leis na observância dos seus direitos! ▲



ANS reúne com CGTP-IN

A CGTP-IN solicitou esta reunião à ANS no âmbito das relações de colaboração e apoio entre as duas organizações. Foi a primeira vez que o seu actual Secretário-Geral, Tiago Oliveira, esteve na nossa sede

A delegação da CGTP (que incluía ainda Filipe Marques, membro do Secretariado) foi recebida pelos Presidente e Vice-Presidente da Direção, João Mata e Rogério Graça, e pelos Presidentes do Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia Geral, José Galvão e Luís Bugalhão.



A reunião (e tratou-se efectivamente de uma reunião de trabalho) foi iniciada por Tiago Oliveira que começou por afirmar que a Central está empenhada em manter a ligação existente com a nossa Associação, assim afirmando a sua solidariedade com a realidade e com as dificuldades que afectam os Sargentos de Portugal.

Trouxe dois objectivos a atingir com a solicitação desta reunião, a saber:

- Análise da situação política actual, nomeadamente as implicações na política laboral e, consequentemente, nas vidas dos trabalhadores; e

- Saber das nossas aspirações e quais serão os focos da nossa luta.

Assim, nesta reunião a CGTP pretendeu abordar os problemas existentes e os desafios que daí decorrem, nomeadamente no que respeita ao 'novo pacote laboral' que o Governo pretende fazer aprovar. As cerca de 100 medidas gravosas nele contidas vão afectar a vida dos trabalhadores portugueses e suas famílias, incluindo os militares. Daí a importância de, e o foco da Central em combater este pacote. Da normalização da precariedade e da desregulação dos horários de trabalho, à facilitação dos despedimentos e ao ataque à contratação colectiva, privilegiando os contratos individuais de trabalho,

este pacote laboral é para rejeitar em bloco.

A Central considera que o quadro laboral que se vive em Portugal neste momento demonstra a vontade que os sucessivos Governos, desde há anos, têm de implementar um modelo económico sustentado em baixos salários. Contudo, mas sem surpresa, este pacote nada tem para actuar pela via do aumento dos salários.

Por outro lado, contém medidas que, na opinião da Central, são inconstitucionais. Assim sendo, com a actual composição do Parlamento, aparece outra das preocupações para os trabalhadores: a revisão da Constituição da República Portuguesa pode estar em planeamento no, e pelo, actual quadro parlamentar, por forma a permitir uma sustentação constitucional àquelas medidas. A CGTP irá lutar com todas as armas, por todas as vias, fortemente, contra este pacote laboral.



Pelo lado da ANS, João Mata agradeceu o convite para esta reunião e considerou também importante manter esta relação com a CGTP. Frisou que, enquanto representante legítima dos Sargentos, trabalhadores e cidadãos em uniforme, a ANS está disponível para colaborar com todos aqueles que defendem as condições sócio-profissionais de todos os trabalhadores, assim sejamos convidados para o fazer.

Elencou de seguida quais as principais preocupações, antigas e novas, em que a Associação foca a sua luta. Referindo o nosso Caderno de Aspirações, que sistematiza e elenca as nossas prioridades nas várias áreas, deu destaque:

- às medidas recentes de valorização do Suplemento da Condição Militar (SCM), que não passam de paliativos e que não resolvem os problemas salariais que afectam os militares;

- aos futuros cortes nas pensões de aposentação, ainda mais quando os militares passaram a estar inscritos na Segurança Social;

- às carências de recrutamento e retenção;

- às deficiências da assistência na Saúde Militar e

no Hospital das Forças Armadas (HFAR), e os descontos que fazemos para a Assistência na Doença aos Militares (ADM): nas Regiões Autónomas e nas regiões fora de Lisboa, Porto e Coimbra não há protocolos que permitam aos militares e suas famílias terem uma assistência na doença que pagam, mas não têm. Ainda por cima, pagam 14 vezes por ano, quando só podem estar doentes doze meses no ano;

- a Assistência Social Complementar (ASC), a cargo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), que deveria ser a sua missão principal, está gravemente afectada por via da missão que lhe foi, erradamente, atribuída de gerir a ADM.

Numa outra vertente, expôs o caminho que está em curso para lutar pelos direitos de negociação colectiva e representação dos associados em contencioso jurídico, que está fortalecido pela Deliberação do Comité Europeu dos Direitos Sociais, relativa à Queixa nº 199/2021 da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares contra o Estado Português, instando-o a que aqueles direitos deixem de ser limitados, ou até negados, com a legislação e prática existentes. Solicitou também, ainda no âmbito da EUROMIL, apoio no processo de adesão desta federação de sindicatos e associações de militares à CES - Confederação Europeia de Sindicatos.

A finalizar, João Mata solicitou que a colaboração ANS-CGTP avançasse numa questão concreta, a da formação. Nesse sentido, seria muito importante que a Central equacionasse a possibilidade de dar formação (em legislação do trabalho, por exemplo) a dirigentes da Associação, nomeadamente em áreas que, não sendo directamente aplicáveis aos militares, acabam por, cada vez mais, afectá-los. Aqui há um caminho que, quer funcionários públicos, quer militares, podem trilhar em comum, e daí a nossa necessidade de formação. A ambas as solicitações a CGTP aquiesceu: quanto à questão da CES, será marcada uma reunião com o responsável das questões internacionais da Central e, quanto à formação, ser-nos-á enviado o plano de formação para nossa análise; se as datas forem inadequadas, há sempre a possibilidade de, reunindo um grupo de 10/12 elementos, se fazerem acções de formação específicas para a nossa Associação.

Foi uma reunião frutífera. Pelo que permitiu em cimento as boas relações com esta central sindical, mas também pelo acordo em trabalho concreto, conjunto, a desenvolver no futuro. A ANS estará sempre disponível para reunir com a CGTP-IN, assim como com todas as entidades que manifestem interesse pelos problemas dos Sargentos e das suas famílias. Assim sejamos convidados.

Luís Bugalhão ▲

Daniel Rodrigues medalha de ouro no tiro



Daniel Rodrigues, Primeiro-Sargento do Exército (à esquerda na primeira foto), um dos elementos mais activos no Núcleo de Ponta Delgada da ANS, ganhou a medalha de ouro na categoria de Pistola Sport 9mm (Walther P38).

Na mesma Equipa de Tiro do Exército que brilhou nos Campeonatos Nacionais de Pistola Ordenança, Pistola Sport 9mm e Pistola Sport .45, para além do Daniel Rodrigues, foram também medalhados o Sargento-Chefe Paulo Fernandes e o Sargento-Chefe Carlos Santos, conquistando cinco lugares de pódio em nove categorias possíveis.

A ANS felicita, com orgulho e aplauso, estes Sargentos de Portugal. Bravo, camaradas. ▲





Ética: a Coluna Invisível



A ética sempre foi entendida como a bússola invisível que orienta a humanidade para além do instinto, da força ou da lei. Sem ética, a lei torna-se mera formalidade, a força converte-se em tirania e a convivência em simples cálculo de interesses. No entanto, vivemos hoje numa época em que a ética parece ter sido relegada a um lugar secundário, quase decorativo, enquanto o pragmatismo, a ambição e a vaidade ocupam o centro da decisão política, económica e até social.

A sociedade contemporânea, marcada pela velocidade da informação e pela volatilidade das convicções, tornou-se particularmente permeável à ausência de ética. No espaço público, assistimos a discursos que se moldam conforme as audiências, a compromissos frágeis ditados pela oportunidade e a lideranças que confundem autoridade com arrogância. A ética, que deve-

ria ser a raiz, surge apenas como folha de retórica, usada quando convém, mas descartada quando se torna incômoda. O resultado é uma população desiludida, que já não acredita plenamente nas instituições, e que vive entre a descrença e o cinismo.

Em Portugal, esta realidade tem contornos próprios. A fragilidade das instituições políticas, marcada por escândalos sucessivos, casos de corrupção e decisões que parecem servir interesses particulares em detrimento do bem comum, corrói a confiança do povo. As promessas de integridade tornam-se slogans eleitorais, mas raramente se materializam em atos. Falta a coragem ética de decidir não pelo que é mais fácil, mais popular ou mais conveniente, mas pelo que é justo e necessário. Essa ausência manifesta-se em políticas erráticas, em improvisações de curto prazo e, sobretudo, numa incapacidade de projetar um futuro que inspire. A ética deveria ser o cimento invisível que liga a nação, mas o que se sente é um cimento a desfazer-se, a abrir fissuras por onde se infiltra o desânimo coletivo.

No plano internacional, a ética também é frequentemente substituída pela lógica de poder. As grandes potências tomam decisões em nome da segurança ou do progresso, mas escondem cálculos de domínio económico, energético ou militar. A guerra, que deveria ser sempre o último recurso, é muitas vezes usada como instrumento de

afirmação geopolítica, deixando atrás de si rastros de destruição e gerações perdidas. A ausência de ética nas relações entre nações gera um efeito dominó: a instabilidade espalha-se, as populações sofrem e a humanidade, como um todo, retrocede em civilização, ainda que avance em tecnologia.

E é aqui que entramos no terreno das Forças Armadas. Elas são, em teoria, a expressão da disciplina, da honra e do serviço. São chamadas a defender a soberania, a paz e a integridade do país. Mas também aqui a ética, ou a falta dela, se faz sentir. Quando os decisores políticos usam as Forças Armadas como instrumento de manobra política, sem estratégia de longo prazo, sem investimento sério, sem respeito pelos homens e mulheres que nelas servem, a ética é traída. Quando as chefias se deixam enredar em jogos de poder, em vez de colocarem a missão e a coesão acima de tudo, a ética é corroída. E quando a base sente que a justiça na progressão, nas condições de trabalho ou na valorização da sua dedicação não existe, o espírito de corpo degrada-se.

As Forças Armadas portuguesas vivem hoje esta tensão. Continuam a formar militares competentes e dedicados, mas falta-lhes o respaldo de uma ética política que os valorize. Falta-lhes também, em muitos casos, uma liderança que inspire pelo exemplo e não apenas pelo cargo. O

resultado é uma instituição que resiste pela tradição, pelo profissionalismo de muitos e pelo espírito de missão, mas que sente a erosão lenta de um edifício que deveria estar sustentado numa ética firme.

Se quisermos recuperar a confiança, tanto no país como nas suas instituições militares, temos de devolver à ética o lugar que nunca deveria ter perdido. Ética na política significa transparência, coragem e verdade. Ética na sociedade significa responsabilidade, solidariedade e integridade. Ética nas Forças Armadas significa chefias comprometidas com a missão e não com o prestígio pessoal, decisões políticas que respeitem os militares e uma cultura de honra que não seja apenas palavra, mas prática.

Sem ética, a sociedade enfraquece, o Estado perde legitimidade e as Forças Armadas tornam-se sombra de si mesmas. Com ética, pelo contrário, recupera-se a confiança, inspira-se a cidadania e dá-se sentido ao sacrifício daqueles que juraram servir. Talvez seja este o maior desafio do nosso tempo: não inventar novas ferramentas, mas reencontrar o eixo moral que nos impede de cair no vazio.

"A ética não consiste em seguir as leis dos homens, mas em não trair as leis da consciência." – Sócrates

SCH/Res Ernesto Rebocho ▲

A Máscara da Dissonância Humana

A hipocrisia é uma das mais antigas e persistentes contradições do ser humano. Não chega com estrondo; infiltra-se nas pequenas incoerências, nos gestos que afirmam uma coisa e significam outra, e cresce como raiz oculta que racha o solo da confiança. É a arte de representar um papel diante dos outros, de proclamar virtudes que não se vivem, de condenar nos outros aquilo que secretamente se pratica.

A palavra vem do grego *hypókrisis*, que na Antiguidade designava a representação teatral: falar debaixo de uma máscara. A origem já sugere a sua essência: encenação, aparência que oculta a substância. Quando passa do palco para a vida real, torna-se a distância entre discurso e ação, entre o que se diz e o que se faz, entre a imagem exibida e a verdade interior. Por isso é mais do que um defeito de carácter: é uma fissura profunda na integridade da pessoa.

A hipocrisia alimenta-se sobretudo de dois motores: o medo e a ambição. O medo do julgamento, da perda de prestígio, de mostrar as fragilidades; a ambição de poder, de influência ou de reconhecimento que não se conquistou. O medo leva-nos a esconder quem somos; a ambição leva-nos a fingir aquilo que não somos. Ambos nos afastam da simplicidade da verdade.

Todas as grandes tradições filosóficas e espirituais alertaram contra esse desvio. Os filósofos estoicos ensinavam a viver de acordo com a Natureza, em coerência entre pensamento e ação. Séneca advertia que “*nada fere mais a alma do que querer parecer virtuoso sem o ser*”. Jesus de Nazaré dirigiu as suas palavras mais duras aos hipócritas que usavam a religião como ornamento de vaidade. Os místicos do Islão falavam do “véu do



ego” que obscurece a luz do coração. A literatura também lhes ergueu espelhos: Molière criou o “*Tartufo*” como retrato do falso devoto; Dostoevski mostrou o hipócrita como alguém cindido entre aparência social e abismo íntimo. A hipocrisia é, assim, universal: não pertence a uma cultura nem a uma época, mas acompanha a condição humana em todos os lugares.

Na vida social, a hipocrisia corrói a confiança. Sociedades saudáveis dependem da previsibilidade das ações e da sinceridade das intenções. Quando o discurso público não corresponde à prática, seja na política, na religião, na educação ou nos lares, instala-se a descrença e dissolve-se o tecido cívico. A hipocrisia mina instituições e relações pessoais porque destrói o bem mais valioso que as sustenta: a confiança.

Combatê-la não é tarefa simples. Requer, antes de mais, autoconhecimento: reconhecer onde usamos

máscaras e admitir com humildade as nossas contradições. Implica também coragem: aceitar que a coerência nem sempre é fácil nem popular. E pede perseverança: alinhar pensamento, palavra e ação até que formem um todo coerente. A pessoa íntegra não é a que já atingiu a perfeição, mas a que não finge possuí-la.

A sinceridade não é apenas virtude moral: é condição de liberdade interior. Quem vive de aparência, vive prisioneiro do olhar dos outros e escravo do medo de ser descoberto. Ser verdadeiro liberta, mesmo quando obriga a reconhecer falhas. Ninguém está imune a incoerências, mas há diferença entre reconhecê-las e escondê-las sob uma máscara para colher vantagem.

Num tempo em que a imagem se tornou mercadoria e a exposição pública parece exigir personagens fabricados, a hipocrisia encontra terreno fértil. Por isso, cultivar a verdade, ainda que imperfeita e humilde, é acto de coragem cívica. É a escolha de viver de acordo com a própria consciência, em vez de encenar papéis para agradar ou conquistar.

O combate à hipocrisia começa dentro de cada um: é uma disciplina diária de autenticidade, um exercício de responsabilidade consigo próprio e com os outros. Uma sociedade mais justa e humana constrói-se sobre este alicerço invisível: a palavra que coincide com o gesto, a imagem que corresponde ao ser, a promessa que se cumpre.

A mais alta forma de liberdade é viver sem máscaras: quando a face que mostramos coincide com a voz silenciosa da consciência.

Bento ▲



Quem Protege os Guardiões?

O mundo moderno avança a passos largos rumo ao desconhecido, embalado por uma confiança cega na tecnologia, no consumo e nas promessas de um progresso ilimitado. Mas por detrás das vitrines brilhantes, o tecido da Humanidade começa a romper-se. Crises humanitárias sem precedentes, instabilidades económicas, guerras novas e outras esquecidas e uma emergência climática que já não pode ser ignorada, são apenas a face visível de um mal-estar profundo e crescente.

Enquanto a sociedade civil se debate com estas feridas abertas, há um pilar que permanece discreto, mas fundamental: as Forças Armadas Portuguesas. A pergunta que poucos ousam colocar torna-se inevitável: **quem protege os guardiões?**



O Fardo Invisível

Por detrás do uniforme e do rigor da disciplina, esconde-se um fardo que raramente chega às primeiras páginas dos jornais. O subfinanciamento crónico, os cortes orçamentais sistemáticos e a dificuldade em modernizar infraestruturas e equipamentos colocam as Forças Armadas numa posição de fragilidade preocupante. O soldado português, muitas vezes, e justamente, idealizado como símbolo de coragem e resistência, enfrenta na realidade uma rotina marcada pela escassez de meios e por uma burocracia paralisante.

Esta precariedade material é acompanhada por uma crise humana silenciosa. A dificuldade em recrutar e reter jovens qualificados e motivados reflecte um problema mais profundo: a erosão do sentido de missão. Numa sociedade cada vez mais centrada no indivíduo, onde o imediatismo e o consumo suplantam o serviço e o dever, o apelo das Forças Armadas perde força. A carreira militar, outrora símbolo de prestígio e orgulho, torna-se para muitos uma opção sem alternativa, um caminho visto com desconfiança ou até como um sacrifício estéril.

A Crise da Humanidade Reflectida na Farda

A degradação ambiental, as tensões geopolíticas e a ascensão da desinformação não são apenas desafios globais: são também problemas concretos que impactam directamente o quotidiano das Forças Armadas. As alterações climáticas, por exemplo, já estão a provocar catástrofes naturais mais frequentes e intensas, obrigando as unidades militares a desempenharem missões de apoio à proteção civil cada vez mais complexas e arriscadas.

A instabilidade internacional, marcada por conflitos latentes e tensões crescentes, exige forças preparadas, bem treinadas e equipadas para responder a cenários imprevisíveis. Contudo, a escassez de recursos e a falta de investimento comprometem esta prontidão. Por outro lado, o fenómeno da desinformação e da polarização social atinge directamente a confiança nas instituições, incluindo as Forças Armadas, cujo prestígio depende da percepção pública da sua integridade e competência.

A Urgência de um Compromisso Colectivo

As Forças Armadas não podem continuar a ser vistas como uma ferramenta a ser activada em tempos de crise e esquecida em tempos de Paz. Elas são parte integrante do tecido social, um reflexo da própria sociedade que as sustenta. A falta de investimento e de reconhecimento não é apenas uma questão de estratégia militar, mas de compromisso cívico.

Se queremos Forças Armadas capazes de enfrentar os



desafios do presente e do futuro, sejam eles climáticos, sociais ou militares, temos de repensar profundamente o modelo actual. É preciso valorizar o serviço público, recuperar o sentido de dever e disciplina, e criar condições reais para atrair e reter talento. Isto passa por oferecer não apenas salários e equipamentos dignos, mas também um ambiente institucional que valorize o mérito, a dignidade humana e a preparação ética e técnica.

O Risco de um Silêncio Perigoso

A pergunta permanece, incómoda e urgente: **quem protegerá os guardiões?** Se a resposta continuar a ser o silêncio, o desinteresse e a desresponsabilização, arriscamo-nos a ver as Forças Armadas transformadas num corpo exausto, incapaz de responder às exigências de um mundo em convulsão. Pior ainda, arriscamo-nos a perder não apenas a sua eficácia operacional, mas também a sua alma: aquele sentido de missão, honra e serviço que transcende os interesses individuais e que dá sentido à própria existência da instituição militar.

Num tempo em que a Humanidade parece cada vez mais perdida, as Forças Armadas podem e devem ser um farol de valores fundamentais. Mas para isso, precisam de ser reconhecidas, apoiadas e valorizadas. Não bastam discursos vazios e cerimónias protocolares. É preciso ação. É preciso um compromisso colectivo e real.

Porque se o último reduto da ordem e da resiliência ruir, quem restará para proteger o que é verdadeiramente essencial?

SCH/Res Ernesto Rebocho ▲

Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em www.ans.pt ou no Facebook em www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

- RIVA OFFICE
- MORAIS & ASSOCIADOS- SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS
- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA
- FERNANDÓPTICA, LDA
- AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)
- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA
- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA
- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE
- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE
- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO
- CLÍNICA VIDAMED
- FARMÁCIA EUSIL
- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO
- CLÍNICA PELVICLINIC
- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE
- MÉDICO SOBRE RODAS
- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA
- MONTICORPO
- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos
- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT
- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.
- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVIL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT



132ª Assembleia Geral da EUROMIL

Nos dias 16 e 17 de Outubro, a EUROMIL realizou a sua 132ª Assembleia Geral em Paris, França.

A ANS esteve representada pelos delegados Rogério Graça e António Assunção, que pela primeira vez participou nos trabalhos desta organização.



O primeiro dia foi dedicado a uma conferência em cooperação com a associação anfitriã, a APNM, que tem estatuto de observadora na EUROMIL, sobre o tema "10 anos de APNM em França: Progresso e o que nos espera".

O Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, abriu a conferência dando as boas-vindas aos membros e participantes, destacando os progressos alcançados em França relativamente ao direito de associação dos militares, mas também sublinhando que o caminho para o pleno reconhecimento e implementação dos direitos dos militares ainda está em curso, e defendendo uma representação mais forte, mais recursos e um diálogo genuíno.

A conferência dividiu-se em dois painéis, sendo o primeiro dedicado aos quadros jurídicos, desde as decisões internacionais às reformas nacionais, com a participação de uma representante da Direção de Consultores Jurídicos (França) e a ex-Vice-presidente do Comité Europeu dos Direitos Sociais que abordaram os direitos que os membros das forças armadas gozam e lhes são conferidos, mas salientando que certos direitos humanos (como a liberdade de associação e a liberdade de expressão) podem ser restringidos pelos Estados em determinadas circunstâncias, tendo sido abordada uma perspectiva sobre as alterações legais em França em relação às forças armadas tendo em conta a Carta Social Europeia (CSE), com destaque para os artigos 5º e 6º, e o procedimento de queixa coletiva com os exemplos de decisões do Comité utilizando casos da EUROMIL, como EUROMIL v. Irlanda e EUROMIL v. Portugal.



O segundo painel centrou-se na resposta francesa às alterações legais e institucionais, moderado por Michael Berben, Presidente da APNM, em que foi apresentada uma visão geral do contexto da APNM tendo sido salientada a necessidade de comunicar melhor, explicando os seus objectivos e conquistas. Referiu-se a importância de um sistema de protecção jurídica e solicitada a cooperação da EUROMIL na sua criação.

O presidente da EUROMIL afirmou que a APNM faz todos os possíveis para representar os militares, salientou que o direito a ser ouvido e o direito ao debate devem ser garantidos a todos e anunciou que a EUROMIL iria apresentar uma Queixa Colectiva contra a França, com base nos Artigos 5 e 6, da CSE.

No dia 17 de Outubro, após abrir os trabalhos da 132ª Assembleia Geral, Emmanuel Jacob moderou o primeiro painel que se centrou no papel e no futuro das forças de reserva. Vince Connelly, professor da Universidade Oxford, sublinhou que, no Reino Unido, os reservistas enfrentam frequentemente estigma, sendo crucial reconhecer as suas contribuições e o seu valor e que as associações militares podem desempenhar um papel vital na promoção do reconhecimento e na representação dos interesses dos reservistas. Por sua vez, Eugene Garigan, presidente da Associação de Representantes das Forças de Defesa da Reserva (RDFRA), da Irlanda, partilhou experiências pessoais como reservista e representante da comunidade de reservistas. Salientou que a revitalização das forças de reserva irlandesas recebeu um forte apoio tanto do governo como da liderança militar.



O segundo painel centrado na actual conjuntura geopolítica e na prontidão e resiliência da defesa europeia, moderado por Dimitra Koutouzi, Diretora de Políticas da EUROMIL, sublinhou que a natureza das ameaças que a Europa enfrenta está em constante evolução. Aleksandra Koziot, analista do Instituto Polaco de Assuntos Internacionais, abordou a questão das ameaças híbridas com a sua análise com exemplos recentes, e abordou as medidas políticas da UE recentemente publicadas salientando a importância da cooperação, referindo que nenhum Estado-Membro pode enfrentar sozinho os actuais desafios de segurança.

Annabelle Livet, investigadora da Fundação para a Investigação Estratégica (FRS), discutiu a protecção das infraestruturas críticas, realçando a importância da cooperação civil-militar e a necessidade de reforçar a resiliência e a interoperabilidade energética da Europa. Salientou que garantir as cadeias de abastecimento, proteger as infraestruturas energéticas contra as sabotagens e melhorar a colaboração transfronteiriça são essenciais para assegurar a resiliência da Europa face a ameaças cada vez mais complexas e multidimensionais.

Os trabalhos prosseguiram com as reuniões das diferentes regiões europeias (Norte, Centro e Sul) em que os seus representantes puderam discutir e partilhar experiências sobre temas que lhes são mais comuns.

De volta ao trabalho conjunto foi apresentada a situação financeira, as decisões, plano de ação e relatório de actividades da Direcção e Secretariado da EUROMIL.

O terceiro debate teve como tema central os recentes desenvolvimentos relativos aos postos e aos respectivos salários, moderado por Johan Öhlén, 2º Vice-Presidente da EUROMIL. Stefan Morin, da SAMO (Suécia), Georges Zgardanas, da PFEARFU (Grécia) e Sven Schuitema, da Marver (Holanda), expuseram a forma como este tema tem sido tratado nos respectivos países e que perante realidades diferentes em termos de ligação e relacionamento com as tutelas há um sentimento unânime de perda de capa-

cidade de defesa dos direitos dos seus representados face à necessidade que os países enfrentam de garantir as metas impostas para a defesa.



Jörg Greiffendorf e Johan Öhlén (1º e 2º Vices-Presidentes da EUROMIL) conduziram a discussão sobre a apresentação dos relatórios nacionais e regionais, durante a qual foram trocadas opiniões sobre preocupações comuns, incluindo condições de trabalho, assuntos relacionados com os antigos combatentes e reformados e o bem-estar geral do pessoal militar.

A 133ª Assembleia Geral da EUROMIL terá lugar em Abril de 2026 em Estocolmo, Suécia.

Rogério Graça
Vice-Presidente ▲



Reunião entre estruturas do Sul da Europa

Reunião bilateral entre a Comissão AFM maltesa do Sindicato Geral dos Trabalhadores (GWU) e a Federação Nacional dos Sindicatos Militares da Grécia (ΠΟΜΕΝΣ-Ρ.Φ.Α.Ρ.Φ.Ο.)



Em 22 de Outubro passado, realizou-se em Malta uma reunião bilateral entre o Comité AFM do Sindicato Geral dos Trabalhadores (GWU) e a Federação Nacional Grega dos Sindicatos Militares (ΠΟΜΕΝΣ-Ρ.Φ.Α.Ρ.Φ.Ο.), ambas associações membros da EUROMIL, e fazendo parte da Região Sul.

O programa incluiu uma discussão informal com o Comandante e representantes das Forças Armadas de Malta, na base da Esquadra Marítima e uma visita a um dos navios offshore. Seguiu-se uma reunião no edifício memorial do Sindicato Geral dos Trabalhadores com o Secretário Theo Vella e membros da administração do GWU.

As discussões centraram-se nos recentes desenvolvimentos em matéria de direitos sindicais nas Forças Armadas de Malta, em particular na assinatura do segundo acordo sectorial, e na troca de experiências relativas à legislação sindical e à representação no sector militar.

Ambas as delegações concordaram em reforçar a cooperação futura através do intercâmbio de textos legislativos relevantes e do diálogo contínuo sobre desafios comuns e boas práticas.

Esta reunião marcou um passo importante no sentido de uma colaboração mais estreita entre membros da EUROMIL, no âmbito do Grupo do Sul. ▲



Lá Como Cá, Também no Luxemburgo... Direitos dos Militares e Condições Justas no Centro das Atenções

Em 23 de Setembro passado, o Sindicato Profissional das Forças Armadas do Luxemburgo, SPAL - Syndicat Professionnel de l'Armée Luxembourgeoise, membro da EUROMIL, realizou a sua Assembleia Geral anual. A reunião proporcionou uma plataforma para os militares levantarem questões sobre as suas condições de trabalho, perspectivas de carreira e o futuro da política de defesa do Luxemburgo.

O SPAL sublinhou mais uma vez a necessidade urgente de um estatuto jurídico claro e digno para os militares. A distinção actual entre o pessoal militar e os funcionários civis do sector da defesa é considerada desactualizada e injusta. *"Para os militares, a nossa abordagem é muito clara. Exigimos um estatuto justo."*, afirmou o presidente do SPAL, Christian Schleck, também membro da Direcção da EUROMIL.

As condições salariais e de trabalho também estiveram no centro do debate. Foi salientado que, em alguns casos, os militares ganham até 500 euros menos do que o salário mínimo não qualificado no Luxemburgo. O sindicato alertou ainda que as más condições de trabalho têm consequências a longo prazo, especialmente para as pen-

sões, e podem comprometer o recrutamento futuro, uma questão especialmente premente tendo em conta o batallão binacional luxemburguês-belga planeado, que exigirá centenas de militares adicionais.



O SPAL chamou ainda a atenção para a contradição entre a ambição do governo de investir mais de 1,1 mil milhões de euros na defesa até ao final deste ano e a falta de investimento correspondente em pessoal. *"Sem julgar se estas despesas são certas ou erradas, é simplesmente impossível que os níveis e as condições do pessoal não acompanhem tais montantes. Isso não pode funcionar"*, salientou o vice-presidente do SPAL, Tom Braquet.

Apesar da importância destas questões, a participação na assembleia foi relativamente modesta, com várias dezenas de membros presentes e apenas um punhado de parlamentares. O SPAL expressou a sua preocupação e apelou aos decisores políticos para que levassem mais a sério os problemas dos militares luxemburgueses. ▲

Uma lição de respeito Um soldado desconhecido finalmente descansa em paz!



No dia 10 de Novembro de 2025, véspera do Dia do Armistício, a Bélgica prestou homenagem a um soldado desconhecido que morreu durante a Primeira Guerra Mundial. Os restos mortais do jovem, descobertos em Setembro de 2024 nas margens do rio Yser, em Diksmuide, foram solenemente enterrados com todas as honras militares no Cemitério Militar Belga em De Panne. A cerimónia contou com a presença de representantes das forças armadas, de autoridades locais e do ministro da Defesa da Bélgica.

Uma descoberta rara e notável

Descobertas de soldados mortos na região de Westhoek não são incomuns, mas, como explicou Steve Maertens, do War Heritage Institute – WHI (Instituto do Património da Guerra – IPG), raramente são belgas: *"Quase todos os meses, são encontrados restos mortais de soldados britânicos, franceses ou alemães, às vezes até australianos ou canadenses. Mas soldados belgas são muito mais raros, os últimos quatro foram encontrados em 2016, e antes disso, um outro em 1952."*

Um botão de uniforme indicava que ele morrera após 1915, e um pequeno anel gravado com um corno de caça sugeriu que ele poderia ter servido nos Carabineiros ou nos Chasseurs à Pied.

"Não conseguimos identificá-lo", disse Steve Maertens, *"mas o que importa é que ele finalmente receba o respeito que merece"*.

Uma despedida digna

O seu caixão foi então colocado numa carroça puxada por quatro cavalos e escoltada pela polícia militar até De Panne.

À tarde, foi realizada uma cerimónia fúnebre solene,

com honras militares, música e homenagens florais.

"Este jovem deu a vida pelo seu país", disse Steve. *"Uma despedida digna é o mínimo que ainda podemos oferecer-lhe."*

Mais do que uma lembrança

Este ato de respeito, mais de um século após a sua morte, destaca o vínculo duradouro entre a sociedade e aqueles que a servem. Mesmo que o seu nome tenha sido perdido na história, a sua dignidade foi restaurada. Uma dignidade que muitas vezes parece ausente no tratamento dado aos soldados e veteranos de hoje.

Na EUROMIL, vê-se este momento como um apelo à reflexão. Honrar os mortos deve inspirar-nos a valorizar os vivos, para garantir que todos os militares, homens e mulheres, recebam não só lembrança após a morte, mas também reconhecimento, cuidado e respeito durante todo o seu serviço e além dele.



Uma palavra de reconhecimento

Assim como o fez a EUROMIL, importa reconhecer o trabalho excepcional do Steve Maertens, que no passado representou o sindicato belga (ACMP-CGPM) membro da EUROMIL. A sua dedicação contínua à preservação do património militar e o seu trabalho com o War Heritage Institute – WHI (Instituto do Património da Guerra – IPG), continuam a ser de grande importância e são profundamente apreciados. Graças ao seu empenho, as histórias e os sacrifícios daqueles que serviram continuam a encontrar o seu lugar legítimo tanto na história como na memória pública.

Fotografias: De Panne ▲



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Terminado o período mais vocacionado para o descanso, férias e lazer, como referimos na edição anterior, de facto, a luta não foi de férias e continua a exigir respostas às solicitações da mais variada ordem.

No regresso pós-férias, com o País envolvido numa pré e numa efectiva campanha eleitoral, confrontados com a habilidosa e intencional entrega da proposta de Orçamento de Estado para 2026, na véspera das eleições autárquicas, os dirigentes da ANS continuaram a ver-se obrigados a uma intensa actividade.

É de justiça realçar que, apesar da esmagadora maioria dos actuais dirigentes se encontrar na situação de activo, não deixam de se multiplicar na busca das melhores formas de responder às muitas e diversas solicitações sem, contudo, descurar as responsabilidades para com a missão nos respectivos serviços.

Da intensa actividade associativa apresenta-se um resumo:

10SET – 7ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

13SET – Cerimónia do Dia Nacional da Praça das Forças Armadas, promovida pelo CPA e pela AP, no Feijó. ANS representada por J.Pereira e V.M.Alves;

18SET – Reunião, via Zoom, do Secretariado da ANS;

25SET – Reunião com Sargentos da FAP, via Zoom. ANS representada por J.Mata, F.G.Silva, J.Pereira, M.Moita e C.Pardim;

29SET – Reunião, na sede da ANS, entre as APM e António Filipe, candidato à Presidência da República. ANS representada por J.Mata e L.Bugalhão;

30SET – Reunião com Sargentos, nas instalações do CAS-Porto. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, F.G.Silva, J.Pereira, A.Assunção, V.M.Alves, J.P.Leitão, F.L.Silva e R.Santos;

03OUT – Celebração do Dia da Unidade Alemã, na embaixada da Alemanha, em Lisboa. ANS representada por J.Mata;

03OUT – Reunião, via Zoom, com elementos do CFS/QP/FAP. ANS representada por J.Mata, F.G.Silva, J.Pereira, C.Pardim e P.Araújo;

06OUT – Reunião na sede da ANS com dirigentes da CGTP-IN. ANS representada por J.Mata, R.Graça, L.Bugalhão e J.Galvão;

06OUT – Cerimónia de Promoção a Segundo-Sargento, na Escola de Fuzileiros, Vale de Zebro, Barreiro. ANS representada por V.M.Alves;

08OUT – 8ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

12OUT – Cerimónia alusiva ao 33º aniversário da AOFA, nas instalações do INATEL, na Costa de Caparica. ANS representada por J.Galvão;

15OUT – Audiência na Casa Militar da Presidência da República. Delegação da ANS composta por J.Mata, C.Colaço, F.G.Silva e R.Maricato;

16 e 17OUT – 132ª Assembleia-Geral da EUROMIL, em Paris, França. ANS representada por R.Graça e A.Assunção;

18OUT – Ciclo de cinema – 80 anos do fim da II Guerra Mundial, promovido pela URAP, em Alhos Vedros. ANS representada por L.Coelho;

23OUT – Conferência “Missões Militares no Apoio à Preservação da Soberania”, na Academia Militar, na Amadora. ANS representada por J.Mata;

26OUT – Cerimónias militares comemorativas do Dia do Exército, no Campo Viriato, em Viseu. ANS representada por A.Assunção;

03NOV – Cerimónia do Dia de Finados, promovida pela

Delegação de Lisboa da Liga dos Combatentes, no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

05NOV – Sessão Pública de Solidariedade com os Povos da América Latina e Caraíbas, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



05NOV – 9ª Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

06NOV – Lançamento de livro de Castro Carneiro, promovido pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



08NOV – A convite da CGTP-IN, delegação presente na manifestação em Lisboa. Delegação da ANS composta por J.Mata, R.Graça, J.Pereira, L.Bugalhão, L.Coelho e A.Martins;

09NOV – Cerimónias Militares relativas ao 51º aniversário do EMGFA, realizadas em Vila Viçosa. ANS representada por J.Mata;



11NOV – Apresentação de livro “A Marinha de 25ABR74 a 25NOV75”, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



12NOV – Apresentação de livro e debate no Museu do Aljube, em Lisboa, sobre o papel das Mulheres. ANS representada por L.Coelho;



14NOV – Cerimónia na Bataria da Laje, em Oeiras, relativa ao Jubileu de Ouro da Associação de Comandos. ANS representada por V.M.Alves;



15NOV – Lançamento de livro de Durán Clemente, no Fórum Cultural do Seixal. ANS representada por J.Pereira;



15NOV – Exposição “A Armada e os sargentos na Grande Guerra”, na Delegação nº1 do CSA, no Feijó. ANS representada por V.M.Alves;



15NOV – Ciclo de cinema – 80 anos do fim da II Guerra Mundial, promovido pela URAP, na Moita. ANS representada por F.G.Silva;



18NOV – Cerimónia do 107º aniversário do Armistício, promovida pela Liga dos Combatentes, em Belém, Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;



Carta dos Leitores



19NOV – Lançamento de livro de Jorge Sarabando, promovido pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



20NOV – Cerimónia na sede da ANS, em Lisboa, de Boas-vindas ao Quadro Permanente dos novos Segundos-Sargentos;

23NOV – Eucaristia de Homenagem à Família Militar, promovida pela AOFA na Igreja de Santo António da Charneca. ANS representada por V.M.Alves;

24NOV – Reunião, via Zoom, entre dirigentes das três APM. ANS representada por J.Mata, J.Pereira e L.Bugalhão;

25NOV – Lançamento de livro de Ana Benedita sobre as Mulheres na Reforma Agrária, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



26NOV – Apresentação e lançamento de livro, no ISCPsi, em Alcântara, Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão.

À hora do fecho desta edição do jornal "O Sargento" estão em preparação reuniões com Sargentos, outros eventos em conjunto com as demais APM, bem como diversas iniciativas no âmbito da actividade associativa, tais como, audiências com diversas entidades institucionais, para encontrar formas de responder aos anseios e solicitações dos Sargentos. Com o aproximar do final de 2025 e o início de novo ano, começam a estar em perspectiva e preparação as comemorações nacionais do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento".

Destas actividades daremos conhecimento na próxima edição do nosso jornal. ▲

Uma Gota no Chão

(Conto inspirado em factos reais – para o jornal «O Sargento»)

Numa base aérea qualquer deste país, um Major encontrou urina no chão e no tampo do WC feminino.

Não chamou a limpeza. Chamou-me a mim, o Sargento, para investigar o meu pessoal — especialmente os homens.

Recusei-me na hora. Disse-lhe que ninguém sabia de nada e que várias camaradas já me tinham confidenciado, ao longo dos anos: infecções urinárias, stressses do dia-a-dia, o edifício cheio de civis e pessoal estranho que usa as casas de banho sem qualquer controlo ... — e cá entre nós, camaradas leitores, ainda bem, é para isso que serve a privacidade. Uma gota pode ser doença, distração ou simplesmente um chão que precisa de ser limpo mais vezes.

Dias depois, nova reunião. Desta vez pediu-me para levar os homens do meu serviço. Fez-se acompanhar do Tenente, como testemunha de patente.

O tema já não era só o WC feminino do edifício — era também o masculino.

«Eu e o Tenente já vimos pessoal a salpicar urina e a não lavar as mãos...»

O recado era cristalino: não fomos nós os Oficiais, logo são vocês os de baixo. Afinal, na instituição há quem tenha o privilégio de só ver e nunca ser visto — e há quem só lhe seja permitido ser visto e, se necessário, exposto.

Quando tentei explicar, cortou-me seco:

«Se não se importa, deixa-me terminar de falar e fala no fim.»

Sugeriu então que nos autovigiássemos uns aos outros no WC — a ideia era moderna e até "elegantemente" liberal, pois segundo propunha até o Praça poderia, a partir daquele momento, chamar a atenção ao próprio Major se este infringisse as regras naquele espaço privado que é o WC (...).

O recado foi perceptível nos silêncios de quem o escutava — a história da humanidade está cheia de protestos silenciosos, mostrando como o silêncio pode ser tão ou mais impactante que a retórica... — Era ele quem nos ia chamar à atenção, nunca o contrário. Porque, por mais que nos digam "agora somos todos iguais", quem aceita o desafio e tenta corrigir para cima entrega o camarada num jogo de injustiças que a vida real não permite que se jogue como iguais.

Não aguentei um minuto. Interrompi:

«Senhor Major, uma sensibilização com cartazes sobre higiene e reforço da limpeza não resolve mais do que alegações sem fundamento e convites à delação.»

Olhou-me. Pensou. E disse, surpreendentemente:

«Então trate disso.»

Tratei. Com a ajuda e a camaradagem de quem percebe de leis e, sobretudo, de gente.

Dias depois, estavam lá, discretos, nos sanitários, com uma pequena nota de rodapé:

«Todos os militares, independentemente do género, são humanos – e nem por isso a Força Aérea deixa de voar. Qualquer alegação será tratada de forma confidencial e individual, com respeito pela honra e dignidade da pessoa, como prevê o RDM.»

O que aqueles cartazes dizem de verdade é isto:

Ninguém controla o corpo a 100 %. Ninguém sabe sempre por que razão ele falha ou não está sempre pronto a responder. Exigir que alguém abra a vida íntima — doença, vergonha ou acidente — para provar que não é porco, porca, fraco ou fraca é uma violência que continua normalizada na nossa instituição, em regulamentos e práticas que convidam à delação, ao medo e à bajulação em vez da camaradagem e do bom senso — e isto não é só sobre "uma novela mexicana" envolvendo urina, é sobre bem-estar militar e valorização profissional.

É o reflexo de uma pequena guerra interna que, de tão repetida, passa despercebida: treina a tropa para aceitar que alguns corpos valem menos pela posição que ocupam na hierarquia ou na função e que a coesão do grupo só se constrói purgando ou humilhando os que, por defeito ou resistência, precisam ser tornados, ou tornadas, "descartáveis". Essa precariedade não afecta todos de forma igual — o fardo cai sempre mais pesado sobre quem sustenta a base de uma estrutura que apesar da modernização continua muito injusta e desigual.

Recusar essa guerra, mesmo numa coisa tão pequena como uma gota de urina, parece um acto de rebeldia. Mas recusar investigar o próprio pessoal, impor canais impessoais e confidenciais, é já quebrar o quadro abusivo que alimenta essa precariedade antiética na nossa instituição.

A verdadeira disciplina não está em pôr militares uns contra os outros.

Está na camaradagem que reconhece que todos somos um pouco opacos, um pouco falíveis — Praças, Sargentos, Oficiais, militares, civis, mulheres, homens ou quem mais vier — e que é exatamente por isso que merecemos respeito e protecção.

A gota secou.

E o problema resolveu-se sem destruir ninguém.

*Numa Base Aérea qualquer
Um Sargento qualquer
Novembro de 2025*

*P.S. – Quem precisar dos cartazes ou do modelo de e-mail blindado para situações parecidas, é só pedir ao jornal.
Entre camaradas partilha-se o que protege, não o que delata. ▲*



DIA NACIONAL DO SARGENTO

**A coragem dos Sargentos do
31 de janeiro de 1891 é um
farol para o nosso futuro.
Junta-te a nós!**

31JAN26 • CASA DO ALENTEJO • LISBOA • 10h30

Programa:

- Sessão evocativa,
- Espaço de debate,
- Almoço convívio.



Rua Portas de Santo Antão, 58
1150-268 Lisboa

